



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

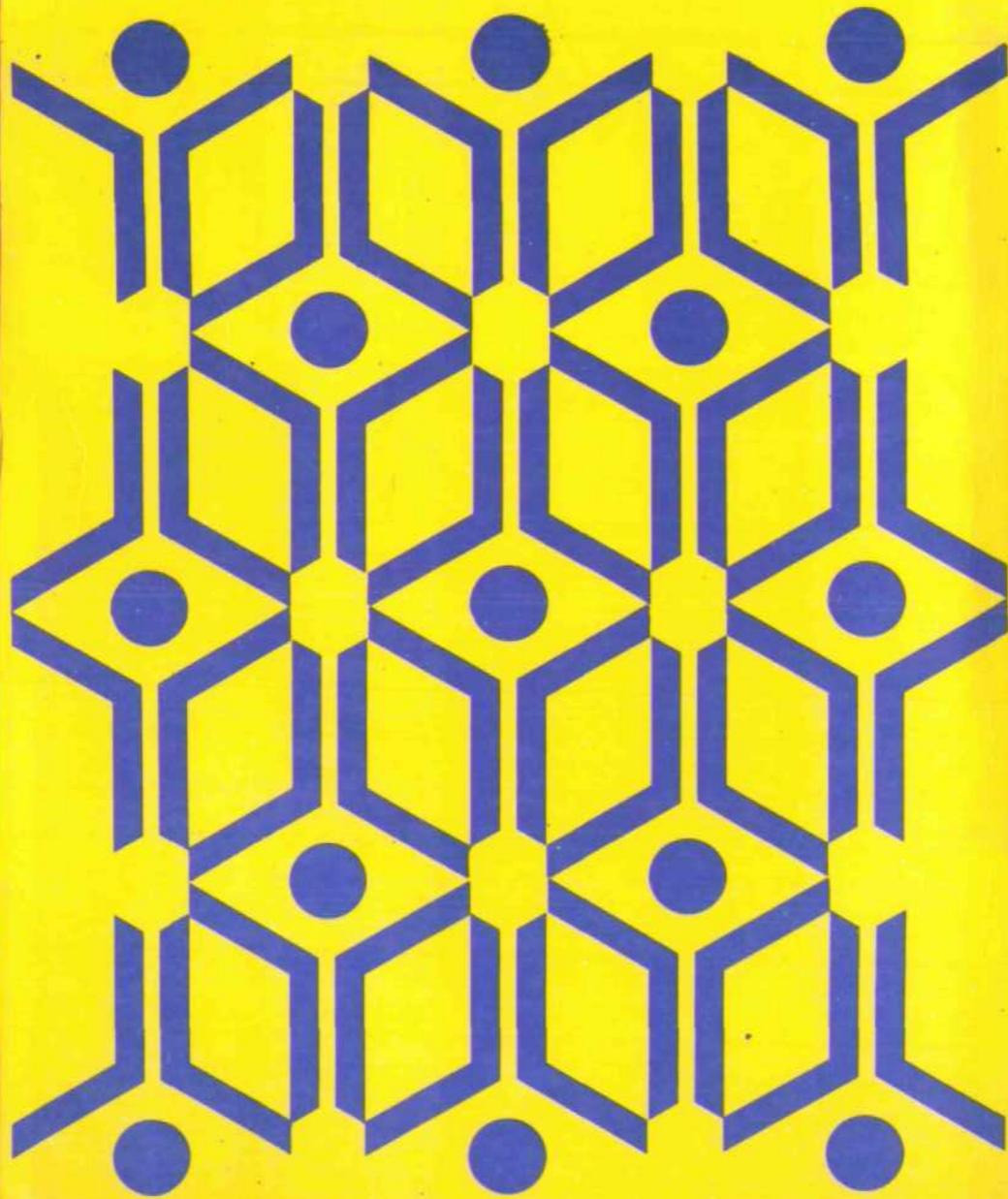
DA REPÚBLICA

fiéis, no entanto, ao espírito lusiada, espírito que não é do passado, mas do presente, espírito que projetará, no futuro, a ação fecundadora e universalista que exerceu no passado.»

«Olhando para o amanhã deste país gerador de história, tudo me diz que se estenderá no futuro, tal como no presente, o que é mais expressivo no seu passado. Nesse futuro, voltarão a entrelaçar-se, por certo, as histórias do Brasil e de Portugal, se logramos preservar os nossos ideais, se conseguirmos realizar o sonho lusiada de um homem completo em sua humanidade, se soubermos levar adiante a comunidade que estamos a construir com firmeza, determinação e realismo.»

Completam o livro dois pronunciamentos diante do Ministério reunido: «Sociedade mais justa» e «Permanente preocupação», anunciando medidas de natureza administrativa; a mensagem ao trabalhador no dia 1.º de maio; e as palavras com que o Presidente Médici indicou, à Comissão Executiva Nacional da ARENA, o nome do General Ernesto Geisel, como candidato à sua sucessão, e que são apresentadas sob o apropriado título de «Continuidade revolucionária».

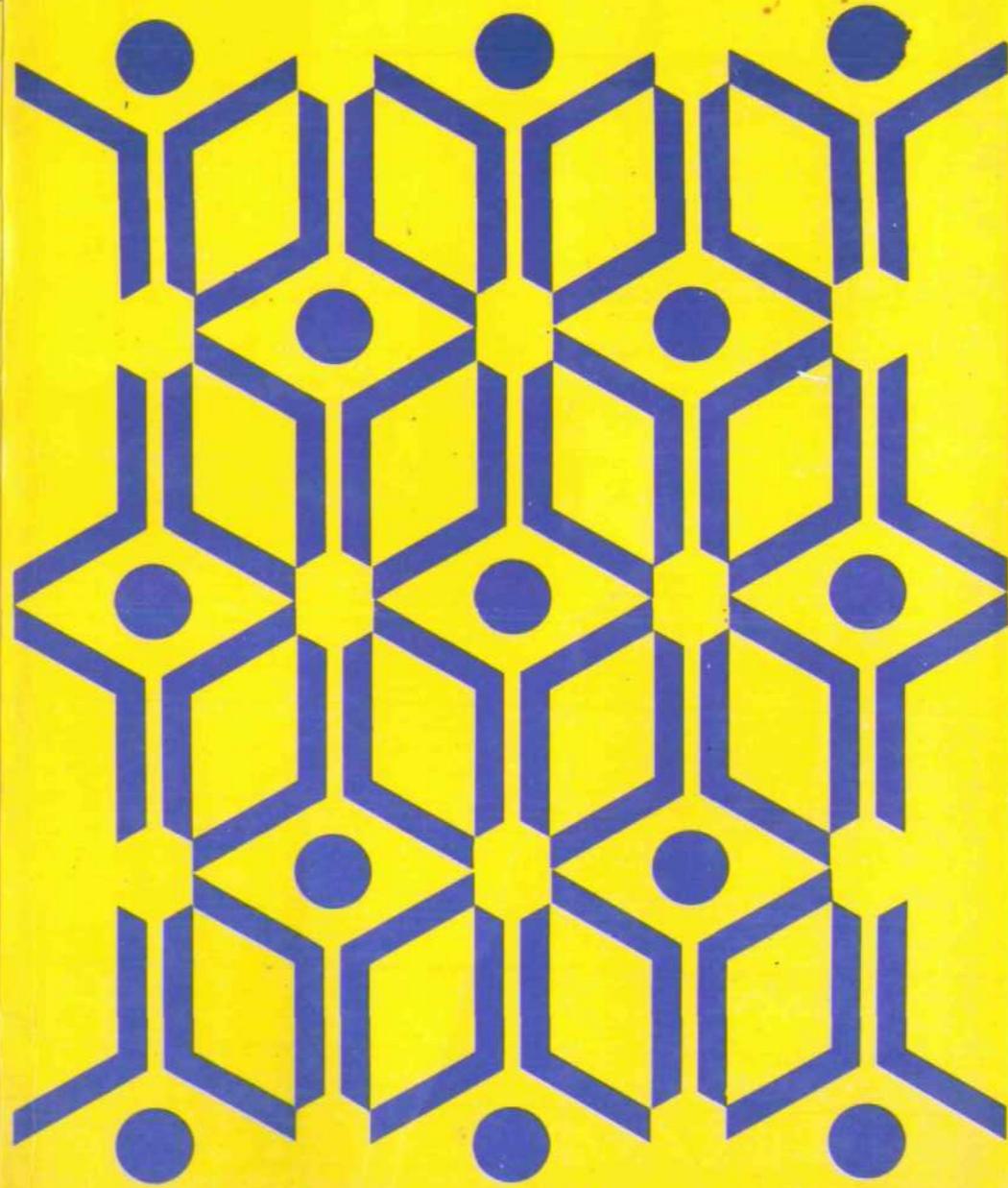
A mensagem aos trabalhadores — «palavras decisivas para que alcançassemos esse grau de progresso» — deu título ao livro — «Anônimos Construtores» e inspirou a Ferdý Carneiro a composição da capa, que simboliza a união e a integração dos homens na construção do grande país de todos nós — síntese mais íntima do pensamento do Presidente Médici.



Os anônimos construtores Presidente Médici

Presidente Médici

Os anônimos construtores



Nono volume da coleção de pronunciamentos do Presidente Médici, «Anônimos Construtores» é o segundo da série referente ao quarto ano de seu governo.

Aqui estão contidas suas principais palavras ao longo da memorável visita a Portugal, em maio de 1973, retribuindo a vinda ao Brasil, em 1972, ano do Sesquicentenário, do Almirante Américo Thomaz e do Professor Marcello Caetano, Presidente da República e Presidente do Conselho de Ministros de Portugal.

Essas palavras foram ditas em quatro ocasiões: na chegada ao aeroporto de Lisboa, no banquete do Palácio da Ajuda, na Câmara Municipal do Porto e de bordo da aeronave que o trouxe de volta ao Brasil. Uma saudação: «Reencontro». O discurso central: «A inventiva coragem». Um improviso: «Conhecer o Porto». E as palavras da saudade que já vem: «Dias memoráveis».

Em «Anônimos Construtores» talvez estejam contidos seus momentos mais altos de admiração e amor a Portugal.

«Venho renovar o abraço do povo brasileiro ao povo português; reiterar-lhe nosso afeto, nossa confiança e nossa admiração; reafirmar-lhe o quanto esperamos de seu futuro e do destino que nossos dois povos podem construir juntos, a fim de enriquecer, sob a influência de ampla e profunda semelhança espiritual, o patrimônio comum, criado por brasileiros e portugueses.»

«Continuamos, hoje, a moldar um homem todo feito de inventiva coragem e disciplina criadora, aberto à vida e à inovação, apaixonado pelos espaços, capaz de ousar com pertinácia e sonhar com realismo. Permanecemos

Os anônimos construtores

Emilio Garrastazu Médici

Capa de FERDY CARNEIRO

Os anônimos construtores

Publicações anteriores:

O JOGO DA VERDADE (3.ª edição)
NOVA CONSCIÊNCIA DE BRASIL (2.ª edição)
A VERDADEIRA PAZ (2.ª edição)
TAREFA DE TODOS NÓS (2.ª edição)
O POVO NÃO ESTÁ SÓ (2.ª edição)
NOSSO CAMINHO (2.ª edição)
O SINAL DO AMANHÃ (2.ª edição)
OS VÍNCULOS DA FRATERNIDADE

OS ANÔNIMOS CONSTRUTORES

“Fatores decisivos para que alcançássemos esse grau de progresso foram também os anônimos construtores de nosso patrimônio material, que contribuem com o suor de suas frentes, a energia de seus braços, e o vigor de sua inteligência, na cidade e no campo, para o enriquecimento do País.”

PELA quarta vez, desde que assumi a Presidência da República, vejo transcorrer o Primeiro de Maio num clima de ordem, de paz e de esperança.

A esperança, a paz e a ordem são os sinais visíveis da estabilidade social e política, implantada no País pela Revolução de Março, e denotam a formação de uma consciência coletiva, a consagrar, com seu apoio e aplauso, o empenho constante do Governo para que, de par com nosso desenvolvimento econômico, tudo se faça também pelo desenvolvimento social, pela valorização do homem, pela humanização da economia, pela gradual e equitativa distribuição da riqueza comum e pela participação de todos nos frutos do progresso.

Por isso, na Festa do Trabalho, minha primeira palavra a todos os trabalhadores é uma palavra de agradecimento.

Os índices, que falam do surto da indústria, do comércio e da agricultura, não traduzem apenas a eficiência dos homens de empresa, que colaboram com o Estado para o êxito de iniciativas e planos, graças aos quais conquistamos e consolidamos nossa presença nos mercados internacionais.

Fatores decisivos para que alcançássemos esse grau de progresso foram também os anônimos construtores de nosso patrimônio material, que contribuem, com o suor de suas frentes, a energia de seus braços

e o vigor de sua inteligência, na cidade e no campo, para o enriquecimento do País.

A eles é que me dirijo hoje para lhes dizer, mais uma vez, que o ideal da Revolução e do Governo é um ideal de justiça.

Definindo direitos e deveres, procuramos proporcionar iguais oportunidades a todos, abolir as desigualdades injustas, combater o abuso do poder econômico, aprimorar a mão-de-obra, ajustar o salário aos níveis da inflação, ampliar a prestação da assistência médica, elevar os proventos de aposentados e pensionistas; numa palavra, distribuir justiça, fazendo com que, sem luta de classes, sem violência e sem desordem, se consiga o equilíbrio social, e todos, empresários, trabalhadores e Governo, nos sintamos responsáveis e solidários numa obra comum, que é a de erguer e sustentar uma Pátria próspera e tranqüila.

Nossos propósitos de justiça social estão patentes aos olhos de todos. Não prometemos senão aquilo que poderíamos realizar e tudo quanto prometemos está sendo realizado.

Aí está o Programa de Integração Social, cujos primeiros resultados garantem aos trabalhadores urbanos a poupança, que nunca puderam ter, e os tornam partícipes do crescimento econômico e beneficiários da expansão de todas as empresas.

Aí está o PRORURAL, que, a esta altura, já assegurou aposentadoria e pensão a mais de oitocentos mil trabalhadores do campo, dando-lhes, afinal, o que eles jamais tiveram e assegurando-lhes uma velhice menos cheia de tristeza e de preocupação.

Aí está a decisão do Governo, que estendeu a grupos sociais, antes esquecidos e marginalizados, as

vantagens da Previdência, como foram os empregados domésticos e os pequenos pescadores, de nossas praias, numa demonstração viva de que nosso pensamento, fiel aos postulados da Revolução, é o de não deixar sem o amparo do Estado nenhum de nossos irmãos em cidadania, que concorrem com seu trabalho para o engrandecimento do País.

Nunca acenamos aos trabalhadores com utopias ou com benesses inatingíveis. Nunca lhes pedimos outra contribuição que não fosse a que a lei nos impõe ou o bem da Pátria nos ordena.

Sentimos hoje que as intenções e decisões do Governo, ditadas pelo imperativo supremo de nosso lema nacional — Ordem e Progresso — encontraram no coração dos trabalhadores a compreensão e o entusiasmo, de que precisamos para o esforço coletivo, que nos fará vencer dificuldades, superar problemas e completar, a passo firme, a jornada redentora iniciada em Março de 1964.

Que esta mensagem possa levar a todos os lares dos trabalhadores brasileiros, no dia em que se glorifica o trabalho, a certeza de que contamos e contamos com os operários da cidade e do campo para a tarefa honrosa, que coube à nossa geração — a tarefa de inaugurar um Brasil renovado, unido e forte, cada vez mais certo de que, pelo trabalho de todos os seus filhos, saberá cumprir, perante o mundo e perante a História, seu destino de paz e de grandeza.

Mensagem do Presidente MÉDICI aos trabalhadores, lida pelo Ministro Júlio Barata, do Trabalho e Previdência Social, a 1º de maio de 1973.

REENCONTRO

“Chego a Portugal para um reencontro, no presente, com a essência de todos os exemplos e valores que dão fundamento e constância à estreita amizade entre nossos dois povos.”

SENHOR Presidente,

Chego a Portugal para um reencontro, no presente, com a essência de todos os exemplos e valores que dão fundamento e constância à estreita amizade entre nossos dois povos.

Chego a Portugal para ver de perto a realidade de uma nação que está tão próxima de nós, pelas afinidades de espírito e de aspirações, a ponto de quase a confundirmos com a nossa, num sentimento de fraternidade que o tempo só alarga e aprofunda.

Venho renovar o abraço do povo brasileiro ao povo português; reiterar-lhe nosso afeto, nossa confiança e nossa admiração; reafirmar-lhe o quanto esperamos de seu futuro e do destino que nossos dois povos podem construir juntos, a fim de enriquecer, sob a influência de ampla e profunda semelhança espiritual, o patrimônio comum, criado por brasileiros e portugueses.

Piso com emoção este solo, onde se aprofundam as seculares raízes da amizade que nos une. Sente-se o brasileiro cercado de carinho em Portugal, assim como não pode o português deixar de sentir-se no Brasil como se estivesse em sua pátria.

Grande é a satisfação pessoal com que revejo, neste momento, o eminente estadista a quem a nação

portuguesa confiou, mais uma vez, as responsabilidades da Chefia do Estado e por quem é maior, a cada passo, a admiração e a amizade dos brasileiros.

De Vossa Excelência, Senhor Presidente Américo Thomaz, assim como do ilustre Presidente do Conselho, Professor Marcello Caetano, guarda o meu povo carinhosa e inesquecível lembrança. Conserva-se bem viva, em todos nós, a recordação das visitas com que sobremodo nos honraram, no ano passado, em ocasiões particularmente significativas de nossa vida nacional.

Ao retribuir, agora, essas visitas, não somente obedeço a imperativo de gratidão, mas alimento a bem fundada esperança de que, das nossas conversações, sairá mais fortalecida ainda a Comunidade Luso-Brasileira, na qual procuramos assegurar para os nossos povos, com determinação e energia, um porvir tranqüilo e solidário.

Saudação do Presidente EMÍLIO MÉDICI ao Presidente AMÉRICO THOMAZ, ao desembarcar em Lisboa, a 14 de maio de 1973.

A INVENTIVA CORAGEM

“Continuamos, hoje, a moldar um homem todo feito de inventiva coragem e disciplina criadora, aberto à vida e à inovação, apaixonado pelos espaços, capaz de ousar com pertinência e de sonhar com realismo.”

SENHOR Presidente Américo Thomaz:

Intensamente comovido pelo calor das manifestações de simpatia e bem-querer com que me acolhem Vossa Excelência e a nobre nação portuguesa, sinto aprofundar-se, ainda mais, a emoção que me invade ao ouvir as palavras eloqüentes e generosas agora pronunciadas a respeito do Brasil e da sua gente.

Para retribuir a rara fidalguia com a qual sou recebido em terra lusíada, nada melhor do que evocar as palavras fraternas que tive a honra de dirigir a Vossa Excelência, quando me foi dado o grato privilégio de havê-lo como hóspede em solo brasileiro.

Não nos esquecerá jamais a decisão, rica de simbolismo, pela qual o insigne estadista que hoje preside aos destinos de Portugal consentiu se trasladassem para o Brasil os restos mortais daquele que primeiro emergiu, no plano do direito das gentes, como representante da unidade e da soberania do povo brasileiro. Por esse gesto fraterno, bem como pela sua visita, pouco depois dele, ao Brasil, abria Vossa Excelência, Senhor Presidente, novo ciclo na história das relações entre nossos países.

Durante os cento e cinqüenta anos de separação política, os nossos povos não deixaram de apro-

ximar-se cada vez mais um do outro. Igualmente soberanos e senhores do próprio destino, tornamos sem cessar mais apurada a identidade de sentimentos e consolidamos a crença de que a herança comum nos impõe destino de cooperação e solidariedade. Esse destino, que construímos com inquebrantável firmeza, não só exige permanentemente de nós, portugueses e brasileiros, coragem e fortaleza de ânimo para superar as asperezas do presente, como reclama, também, seja a história considerada, não apenas como objeto de ufania, mas principalmente como fonte inspiradora daquilo que nos incumbe fazer para assegurar aos nossos povos a prosperidade e o progresso a que legitimamente aspiram.

É natural que portugueses e brasileiros, encontrando-se, falem de história, porquanto se acham, pela história, indissolavelmente unidos. Entre os elos que mais intimamente nos vinculam está a existência de heróis comuns, está a co-participação em feitos para sempre memoráveis, está o idioma que delimita o espaço ideal luso-brasileiro, está a semelhança da sensibilidade popular e das aspirações nacionais.

Os laços que nos ligam não são, portanto, os de interesses passageiros, de vicissitudes políticas, de acidentes geográficos, de coincidências ocasionais nas idéias. Tão íntima é a nossa unidade essencial, que buscam, naturalmente, a convergência certos modos particulares que tem nossa gente de ver o mundo e o momento presente.

Convém que meditemos, assim, sobre os traços capitais de nossa comunidade, sobre o que lhe dá continuidade no espaço e no tempo — sobre a nossa história comum. Essa história, que começa antes do descobrimento, com ele se prolonga e se afirma no continente americano, desenvolvendo-se, num cres-

cente entrelaçar-se, até a independência do Brasil, para continuar, ainda depois da divisão dos caminhos políticos dos dois países, a ser vivida em comum, pela imigração, pelo fluxo e refluxo de idéias e de empreendimentos, pelo constante interesse com que cada uma das nossas nações acompanha o destino da outra.

A meditação histórica não se faz, desse modo, por amor da nostalgia. Meditamos juntos sobre a história comum para reexaminar, a cada momento, o presente, a fim de estabelecer, com segurança, as coordenadas para a criação do futuro.

Se relembremos aqueles que, em quase cinco séculos de história, se repartiram entre as terras de Portugal e Brasil, servindo a ambas, não o fazemos somente para louvar um passado de que nos orgulhamos. Fazêmo-lo com o fito de retemperar, à vista dos exemplos de tenacidade, abnegação e heroísmo, que a história comum nos depara, as energias de que havemos mister para sermos fiéis à vocação de grandeza que os nossos antepassados nos legaram.

Portugueses e brasileiros, temos sabido repelir as tentações do imobilismo para aceitar os desafios da invenção e da mudança, colocando-nos, por isso, tantas vezes, à frente dos caminhos da história.

No torrão lusitano, no seio daqueles cujos maiores deram unidade e sentido de grandeza ao Brasil, cumpre-nos proclamar sempre que nossos ideais, quanto ao futuro, assentam no ilimitado sonho que os portugueses nos herdaram e nos exemplos, que nos deram, de trabalho perseverante, viril, imaginoso e objetivo.

Estamos realizando no presente esses ideais, imprimindo-lhes vida mediante a mobilização do en-

tusiasmo e do esforço coletivo. Prestamos culto irre-
dutível, porém, nessa tarefa, às tradições que os
nossos ascendentes nos transmitiram, ao espírito de
fraternidade que deve unir entre si os homens e os
povos, à largueza generosa de visão e ao sentimento
de universalidade.

Para correspondermos aos incitamentos da mo-
dernidade, cumpre-nos estar sempre, à maneira dos
nossos antepassados, como num cais de partida. Não
à espera dos que audaciosamente se tenham feito ao
mar, mas para dar continuidade aos empreendimen-
tos que se hajam ousado em busca dos objetivos im-
postos pelo superior interesse do nosso povo.

Aquilo que, com esse ânimo, estamos realizando
para integrar, num esforço imenso e conjunto, as
regiões e os homens, para reduzir as disparidades
de progresso e bem-estar, para acelerar o cresci-
mento nacional, a fim de dar a cada brasileiro a ple-
nitude do que lhe cabe, não se deve, por certo, apenas
ao trabalho de hoje, mas a processo cumulativo de
longa, difícil e sempre renovada diligência, à qual se
incorporaram todos aqueles que, vindos mais ou me-
nos recentemente de todos os quadrantes do mundo,
fizeram do Brasil a sua pátria, convertendo o nosso
país em objeto de sua incondicional devoção.

Continuamos, hoje, a moldar um homem todo
feito de inventiva coragem e disciplina criadora, aber-
to à vida e à inovação, apaixonado pelos espaços,
capaz de ousar com pertinácia e de sonhar com rea-
lismo. Permanecemos fiéis, no entanto, ao espírito
lusiada, espírito que não é do passado, mas do
presente, espírito que projetará, no futuro, a ação
fecundadora e universalista que exerceu no pas-
sado.

Eis a razão pela qual nos acostumamos a ver Portugal, não como a fronteira ocidental do mundo europeu, mas como o começo do nosso mundo, do mundo brasileiro e americano.

Quando falo acerca do Brasil é como se falasse também de Portugal. As aspirações a que me reporto são, portanto, as aspirações comuns; o homem a que aludo é sempre o tipo de homem que desejamos ser, com os mesmos ideais de disciplina criadora e de vida aberta aos valores da afeição e da solidariedade.

Não vem um brasileiro a Portugal sem que o seu coração seja tocado pela história; sem levar de volta a entranhada impressão de que acumulou, no convívio aqui estabelecido, reservas inesgotáveis de simpatia e fraternidade; sem reconhecer, na gente portuguesa, a marcada fisionomia de um grande povo.

Na peregrinação às terras de seus avós ou às terras dos pais de sua pátria, o brasileiro experimenta a sensação de que o presente, tão vivo quanto o passado, não o desmerece. Não diminuiu a energia criadora da nação portuguesa, antes só se robusteceu, através da história, a sua capacidade de trabalho, de renovação e de progresso.

Olhando para o amanhã deste país gerador de história, tudo me diz que se estenderá no futuro, tal como no presente, o que é mais expressivo no seu passado. Nesse futuro, voltarão a entrelaçar-se, por certo, as histórias do Brasil e de Portugal, se logramos preservar os nossos ideais, se conseguirmos realizar o sonho lusíada de um homem completo em sua humanidade, se soubermos levar adiante a comunidade que estamos a construir com firmeza, determinação e realismo.

É voltado para o futuro que peço a todos brindemos pela felicidade pessoal de Sua Excelência o Senhor Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, Presidente da República Portuguesa, e de sua Excelentíssima Esposa, pelo permanente êxito do Governo Português e de seu Chefe, o Professor Marcello Caetano, pela crescente prosperidade e felicidade da nação portuguesa, pelo estreitamento cada vez maior da Comunidade Luso-Brasileira e pela fraternidade dos povos de língua portuguesa.

Discurso do Presidente MÉDICI durante o banquete oferecido pelo Presidente de Portugal, no Palácio da Ajuda, Lisboa, a 14 de maio de 1973.

CONHECER O PORTO

1940 1000 1000

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

“Não poderia vir a Portugal sem conhecer o Porto.”

SENHOR Engenheiro Nuno de Vasconcelos Porto,
Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Cabe, nesta emocionante homenagem, apenas agradecer a tantas gentilezas que já se vêm acumulando nestes dois dias de minha estada em Portugal. Não poderia vir a Portugal sem conhecer o Porto, já que o Porto está intimamente ligado ao Brasil.

Não fora a repartição material dos restos mortais do nosso primeiro imperador, o vosso D. Pedro IV e o nosso D. Pedro I, com o coração nesta terra e com os seus despojos no monumento do Ipiranga; não fora isso, existem no Brasil milhares de portugueses que daqui partiram para repartir com os brasileiros os frutos do seu trabalho, levando, não só também o seu coração, mas a sua alma.

E é por isso que ao agradecer as generosas e bondosas palavras do Eng.º Nuno Vasconcelos Porto, eu quero pedir-lhe que receba e transmita a toda essa gente, que tão carinhosamente nos recebe aqui no Porto, um abraço fraterno de cem milhões de brasileiros, entre os quais alguns milhares de portugueses que daqui partiram e que se não têm tantas saudades do Porto, é que, hoje, Brasil e Portugal constituem uma só pátria.

Improviso do Presidente MÉDICI ao agradecer a saudação do presidente da Câmara Municipal do Porto, a 16 de maio de 1973.

DIAS MEMORAVEIS

“Deixando Portugal, levamos ao Brasil, minha mulher e eu, assim como toda a minha comitiva, a recordação mais afetuosa dos dias memoráveis que aqui passamos, envolvidos pelo fraternal carinho da gente portuguesa.”

SENHOR Presidente,

Deixando Portugal, levamos para o Brasil, minha mulher e eu, assim como toda a minha comitiva, a recordação mais afetuosa dos dias memoráveis que aqui passamos, envolvidos pelo fraternal carinho da gente portuguesa.

Ao partir, desejo agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, e a sua Excelentíssima Esposa, ao Senhor Presidente do Conselho, Professor Marcello Caetano, a todos os membros do Governo e ao grande povo português, as manifestações de amizade que, em nossas pessoas, recebeu o Brasil.

Quis a generosidade portuguesa fazer minha morada, durante estes curtos dias, o Palácio de Queluz, onde nasceu e morreu aquele que colocou o Brasil entre as nações independentes.

A magnanimidade do povo português abriu-nos, além disso, de par em par, para que nelas estivéssemos como em nossa casa, as portas de Lisboa e Sintra, Guimarães e Porto, Braga e Santarém, cujas paisagens já viviam em nosso espírito.

Direi, para repetir Camões, que "o prazer de chegar à Pátria cara" aumentará com a alegria de

descrever aos brasileiros o que aqui vi, experimentei e senti; descrever tudo o que comigo levo e que é tão grande e "tão perfeito, que o coração para ele é vaso estreito".

Palavras do Presidente MÉDICI, despedindo-se do Presidente Américo Thomaz, enviadas de bordo da aeronave que o trouxe de volta ao Brasil, a 19 de maio de 1973.

SOCIEDADE MAIS JUSTA

“A preocupação humana, que se manifesta nas providências consubstanciadas nesses instrumentos legislativos, mostra, uma vez mais, que o econômico, quanto ao Governo, se apresenta simplesmente como processo ou meio para a realização de sociedade mais justa”.

ENCAMINHADOS, pelo Poder Executivo, à consideração do Egrégio Congresso Nacional, que os aprovou, com as emendas que houve por bem neles introduzir, aqui se encontram novamente, para serem sancionados, três projetos de lei, todos de suma relevância, quer pelo que significam em si mesmos, quer pelo que representam como expressão da filosofia social do Governo.

Por um desses atos legislativos, a lei complementar que estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza, regula-se preceito constitucional instituído pelo atual regime político.

Nesse preceito se diz que a União, mediante lei complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade sócio-econômica.

A nova lei oferece meios racionais e eficazes para que se evitem ou corrijam, quanto possível, graves inconvenientes ocasionados à vida urbana pelo crescimento desordenado e tumultuário de nossas grandes cidades. Os organismos administrativos nela previstos concorrerão, de maneira decisiva,

para que se atenuem os desequilíbrios econômicos e sociais característicos da crise urbana e para que se introduza, nas grandes aglomerações metropolitanas, estilo de vida mais humano.

Outro desses diplomas legais, o Estatuto do Trabalhador Rural, constitui mais um passo à frente na integração social do homem do campo. Além de suprir deficiências de leis anteriores, contém esse ato legislativo preceitos adequados às peculiaridades da vida rural e abre caminho para a progressiva eliminação das disparidades entre o campo e a cidade.

Atendendo às justas aspirações dos trabalhadores, esse ato, fundado em critérios de realismo e bom senso, impõe a gradual transformação do panorama rural, no tocante às relações de trabalho, que devem contribuir, de um lado, para a paz e a harmonia entre empregados e empregadores, e, de outro, para aumentar a produtividade, bem como incrementar a nossa riqueza agrícola. Vem essa lei se acrescentar, pois, a outras iniciativas do Governo, de caráter análogo, entre as quais culmina o PRORURAL, programa cuja rentabilidade está à vista de todos e que, no momento, já ampara, com os benefícios de aposentadoria e pensão, oitocentos e dezessete mil trabalhadores, antes deixados ao esquecimento e ao abandono.

As reformas introduzidas na Lei Orgânica da Previdência Social, o derradeiro dos provimentos legislativos em sanção, inauguram fase diferente para o sistema previdenciário.

Voltado para os economicamente fracos e empenhado em melhorar a sorte dos que não ganhavam, ao término de uma vida de trabalho, o suficiente para sua manutenção, decidiu o Governo

elevant o valor das pensões e dos proventos de aposentadoria. Para atingir esse objetivo de justiça, reparando defeitos e abolindo privilégios, foram estabelecidos princípios e normas, que imprimem à seguridade social seu verdadeiro caráter de economia coletiva e de redistribuição de renda.

São em número de mais de dois milhões, não contados os dependentes e familiares, os brasileiros, em geral de idade avançada, que vão ser, de imediato, beneficiados pelas disposições da nova lei.

Sem recorrer a processos inflacionários; sem aderir a métodos paternalistas; sem perder de vista, tanto a solidariedade social, quanto o imperativo de sustentá-la com os necessários recursos, cuidou-se, também, de prevenir as conseqüências da concessão de certos benefícios que, a longo prazo, poderiam acarretar a implantação, no País, do desemprego estrutural e vedar o ingresso de mão-de-obra jovem no mercado de trabalho, força ativa de que precisamos, em volume crescente, para impulsionar o desenvolvimento nacional.

Em vários de seus dispositivos, a presente reforma consagra e consolida arestos e decisões do Poder Judiciário, supremo intérprete das leis, adaptando assim ao pronúnciamento dos tribunais muitas regras a serem seguidas na execução da política previdenciária.

A preocupação humana, que se manifesta nas providências consubstanciadas nesses instrumentos legislativos, mostra, uma vez mais, que o econômico, quanto ao Governo, se apresenta simplesmente como processo ou meio para a realização de sociedade mais justa.

Ao mesmo tempo que se concentram energias no desenvolvimento da economia, procura-se também conciliar, dentro do possível, a eficácia produtiva com o imperativo de promover melhor distribuição da renda.

Conscientes de que não é possível distribuir o que não foi produzido, os Governos da Revolução se empenharam sempre em aumentar a produção e estabelecer maior justiça na partilha do produzido.

No que diz respeito ao atual Governo, numerosas medidas, harmônicas entre si, têm sido postas em prática com o objetivo de retificar, em defesa das classes menos favorecidas, as deformações causadas pelo crescimento da economia e pelo mal inflacionário.

Na linha dessa política, reduziu-se sensivelmente a carga fiscal sobre os bens de primeira necessidade, a ponto de se poder afirmar hoje que praticamente o imposto sobre produtos industrializados já não incide sobre alimentos, sobre remédios e sobre produtos de higiene.

Permitiu a compreensão dos governos estaduais se diminuísse, também, o imposto sobre circulação de mercadorias, não apenas no nível global, mas particularmente, nos produtos agrícolas, pela introdução generalizada do crédito fiscal presumido.

Suavizou-se, ainda, marcadamente, o imposto de renda sobre os contribuintes de menor rendimento, suspendendo-se, também, virtualmente, por dez anos, o imposto de renda sobre as atividades agrícolas.

Estabeleceu-se, igualmente, ampla, eficiente e justa política de preços mínimos, segundo a qual a Comissão de Financiamento da Produção adquire,

por intermédio do Banco do Brasil, qualquer excedente agrícola, providência que oferece aos pequenos produtores garantia efetiva de renda.

Determinou-se, também, ao Conselho Monetário Nacional que incrementasse, cada vez mais, a concessão de crédito a toda atividade produtiva, na área agrícola.

Diante disso, além de manter-se financiamento à agricultura, por meio de juros subsidiados, ampliou-se o crédito a pequenos e médios proprietários, à margem, anteriormente, de assistência creditícia eficaz. Entre 1970 e 1972, o volume real de crédito rural expandiu-se em cento e trinta por cento no Norte do País; em noventa e cinco por cento no Centro-Oeste e em sessenta e três por cento no Nordeste, enquanto a média nacional, fora daquelas regiões, cresceu quarenta por cento, beneficiando essa política milhares de pequenas propriedades.

Todos os programas governamentais, desde o de Integração Nacional, que impulsionou a Transamazônica, até o PRODOESTE, foram e continuarão a ser redistribuidores de renda, porquanto os laços rodoviários constituem os elementos mais efetivos de incorporação, à economia de mercado, das regiões demográficas perdidas na vastidão do espaço nacional.

A abertura para o exterior e a expansão de nossas exportações permitiram que o brasileiro utilizasse, em maiores proporções, os nossos recursos naturais para criar riqueza em seu próprio benefício. O aproveitamento da poupança externa possibilitou ao País, de outra parte, os meios de que necessitava para desenvolver-se amplamente com a menor compressão possível do consumo interno. Na condução

dessa política de exportação, indispensável para sustentar o ritmo desenvolvimentista, prescreveu-se a observância de dois princípios elementares. Consiste o primeiro em que a exportação deve abranger apenas o excedente da produção necessária ao consumo interno, cifrando-se o segundo em que a exportação de matérias-primas não pode realizar-se com prejuízo do nível de emprego da indústria nacional, regras cuja rigorosa observância é impreterível para que o desenvolvimento se harmonize com a justiça social.

Diante das alterações introduzidas na política salarial, o salário real médio cresceu, na atual administração, entre três e quatro por cento ao ano, o mesmo ocorrendo com o nível de emprego. Para corrigir excessos verificados, por obra do próprio desenvolvimento, na expansão dos rendimentos mais elevados, aumentou-se consideravelmente a progressividade do imposto de renda. Graças a essa manipulação fiscal, fez-se possível reduzir a carga tributária quanto aos setores de menor renda.

Melhorou-se, outrossim, o plano habitacional, adotando-se, para isso, além de programas amplamente subsidiados para os trabalhadores, modificações no critério de correção das prestações, hoje estritamente vinculadas ao nível de correção monetária das Obrigações do Tesouro Nacional, donde resultará que, a partir deste ano, o aumento das prestações será menor do que o do salário.

A política anti-inflacionária posta em prática, utilizando corretamente os princípios da política monetária e fiscal, tem permitido se reduza gradativamente a inflação — o mais injusto de todos os gravames, porque onera mais fortemente as classes me-

nos favorecidas — sem que se prejudique com isso a taxa de crescimento econômico.

A despeito das dificuldades ocasionadas pelo surto, em escala mundial, do flagelo inflacionário, os resultados até aqui obtidos no combate à inflação mostram que se pode perfeitamente alcançar, nessa luta, o objetivo estabelecido no início deste ano. Para isso se vem recorrendo a todos os instrumentos disponíveis, entre os quais a redução de impostos e o manejo das tarifas alfandegárias, quando este se torne imprescindível para superar as pressões externas.

Permanente vigilância se exerce, além disso, sobre quaisquer tentativas de especulação ou de uso dos altos preços mundiais em detrimento do consumidor e da mão-de-obra nacional. Conjugam-se, dessa maneira, todas as providências, às vezes necessariamente drásticas, para criar consciência nacional quanto à importância de se reduzir a carestia, tal como requer o interesse de cada brasileiro.

Esse estilo de ação governamental, ação de caráter marcadamente humanista, ação em que se não esquece o imperativo de distribuir com maior justiça os frutos do crescimento econômico, tem encontrado a alta compreensão e o devotado apoio do Congresso Nacional, a quem, neste momento, de-sejo expressar o meu particular reconhecimento, bem como o do Governo a que tenho a honra de presidir.

Discurso do Presidente MÉDICI ao sancionar leis referentes a áreas metropolitanas, ao trabalhador rural e a alterações na previdência social, durante reunião do Ministério, no Palácio do Planalto, a 8 de junho de 1973.

CONTINUIDADE REVOLUCIONARIA

“Ao declinar o nome do General Ernesto Geisel perante a Comissão Executiva Nacional da Arena, aqui reunida, peço que o Diretório Nacional o submeta, em setembro próximo, como candidato a Presidente da República, ao beneplácito da Convenção Nacional do Partido da Revolução.”

SENHOR Presidente da ARENA, Senhores Membros da Comissão Executiva Nacional.

Com a remessa ao Egrégio Congresso Nacional, hoje verificada, do projeto de lei complementar, que regula a composição e o funcionamento do colégio que elegerá o Presidente da República, contribui o Poder Executivo para que se cumpra o disposto no artigo 74, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

Além de evidenciar, mais uma vez, o empenho do Governo em que se observem, rigorosamente, os princípios constitucionais, que disciplinam as nossas instituições, a iniciativa tomada pelo Poder Executivo, quanto ao tramitamento, em curto prazo, desse projeto de lei, instaura, oficialmente, em nosso quadro político, o processo sucessório.

Quando determinei se elaborasse esse documento, estabeleci, entre as suas diretrizes, a fixação do mês de setembro como período dentro no qual se deveriam instalar as Convenções Nacionais dos Partidos Políticos para a escolha dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

Na condição de responsável, em grau eminente, pela continuidade revolucionária, passei, desde então, a cogitar, com natural insistência, em candidato que, pela sua envergadura moral e intelectual,

pelo seu amplo e indiscutível conhecimento dos problemas nacionais, pela sua experiência de administração e governo, pela exemplaridade de sua vida, quer pública, quer particular, pela sua representatividade nos horizontes da nossa ordem política, pudesse, como Chefe do Governo, constituir garantia de que a Nação, sem qualquer abalo, continuará, em clima de tranqüilidade social e política, a trabalhar pelo seu progresso, pelo seu bem-estar, pela sua felicidade.

O candidato em que me detive preenche, de modo superabundante, esses pressupostos, havendo a mais completa segurança de que não permitirá, uma vez investido na Presidência da República, sofrer qualquer desvio a filosofia econômica, social e política a que se filia a ordem revolucionária. É natural, por isso, que o nome desse candidato encontre a maior receptividade em todos os setores, cabendo afirmar que, a respeito de sua indicação, se registra geral consenso. A resistência encontrada, nas consultas que formulei, a tal propósito, partiu do próprio candidato, que só se rendeu ao apelo, que lhe dirigi, quando este assumiu o caráter de indisfarçável injunção, imposta com fundamento no interesse do País.

Quero referir-me ao nome, sob todos os títulos ilustre, do General Ernesto Geisel, nome conhecido de toda a Nação e por toda a Nação havido no mais alto e justo conceito, quer como individualidade, quer como profissional, quer como homem público.

Ao declinar o nome do General Ernesto Geisel perante a Comissão Executiva Nacional da ARENA, aqui reunida, peço que o Diretório Nacional o sub-

meta, em setembro próximo, como candidato a Presidente da República, ao beneplácito da Convenção Nacional do Partido da Revolução.

Absolutamente confiante na capacidade do candidato para prosseguir, no próximo período governamental, com austeridade, imaginação e eficiência, a obra até aqui realizada pelos Governos da Revolução, confio também em que o meu Partido, mantendo-se à altura de sua responsabilidade histórica, desempenhará, no episódio sucessório que se avizinha, com o discernimento, a unidade e a firmeza de sempre, a sua transcendente função institucional.

Palavras do Presidente MÉDICI, lidas perante os membros da Comissão Executiva Nacional da ARENA, no Palácio do Planalto, a 18 de junho de 1973.

PERMANENTE PREOCUPAÇÃO

“Ajustam-se essas providências, todas objetivas e práticas, à filosofia social, que anima o Governo, à sua permanente preocupação humana, ao seu contínuo empenho de fortalecer, em proveito da coletividade, a nossa estrutura econômica, ac seu objetivo inabalável de ocupar os nossos espaços vazios e de valorizar, sem distinção, todas as regiões do território brasileiro.”

A preocupação suprema do Governo, como tenho afirmado reiteradamente, consiste em valorizar o homem. Ao definir esse objetivo primordial, acentuei que seria ele alcançado, gradualmente, no campo das relações econômicas, mediante providências práticas e exeqüíveis, que contribuíssem para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, sem prejudicar o ritmo verificado na criação de riqueza.

Obedeceu a esse propósito a Lei Complementar nº 11, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Em vigor desde 25 de maio de 1971, vem o PRORURAL concorrendo para a progressiva incorporação do homem do campo à sociedade de consumo e para a disseminação de serviços de assistência médica e social a grupos humanos antes marginalizados e esquecidos.

Entre os benefícios concedidos aos trabalhadores rurais, figura, ao lado da aposentadoria por idade ou invalidez, a pensão à família, em caso de morte. O valor desse benefício, no regime vigente, é igual a trinta por cento do maior salário-mínimo vigente no País.

Verificou o Governo, porém, que, em face dos recursos financeiros obtidos pelo FUNRURAL, bem como da eficiência com que vem sendo executado o programa de amparo ao homem do campo,

se faz possível, desde agora, sem aumento de qualquer taxa e sem criação de novos ônus, elevar o valor das pensões, equiparando-o ao das aposentadorias.

Esta a finalidade principal do projeto de lei que, dentro em pouco, encaminharei ao Egrégio Congresso Nacional. Concebido de modo objetivo e realista, o projeto testemunha, mais uma vez, o inabalável intento governamental de assegurar ao trabalhador, no estágio atual do nosso desenvolvimento, participação cada vez maior nos frutos do progresso.

As normas de justiça social, que não se concretizam apenas na distribuição mais equânime da riqueza coletiva, mas ainda no tratamento humano daqueles que vivem do trabalho, no sol-a-sol da lavoura, ditaram também a inserção, no projeto de lei, de dispositivo especial, destinado a evitar a dispensa sistemática do trabalhador em virtude da obtenção da aposentadoria. Cumpre que esta, na verdade, seja entendida como forma de auxílio, à semelhança do abono de permanência em serviço, devendo concorrer, assim, para que o homem do campo se radique em seu *habitat* e nele desfrute, com sua família, da tranqüilidade que merece.

Medidas dessa natureza poderão, a médio e longo prazo, contribuir para que diminua o êxodo rural, para que se elimine das cidades o triste espetáculo da indigência e para que se venha a superar o desequilíbrio entre a cidade e o campo, onde ainda se concentra a maior parte de nossa população.

Procede essa iniciativa da filosofia política, que é responsável, no quadro revolucionário, por um largo conjunto de decisões do mais alto sentido assistencial. Entre tais decisões se conta a que atri-

buiu caráter prioritário à gradativa ampliação da assistência farmacêutica no tocante às classes de reduzido poder aquisitivo.

Com fundamento na idéia de que, sem a possibilidade de aviamento da receita, a consulta médica se torna inócua para grande parte da população, implantou-se agência administrativa, a Central de Medicamentos, que, com rapidez e eficiência, põe hoje o remédio ao alcance de todos, por preços acessíveis, ou até gratuitamente, quando não haja possibilidade de pagamento.

De tal maneira se expande esse trabalho que, neste ano, segundo estimativas fundadas naquilo que já se fez até agora, serão atendidas gratuitamente cerca de quinze milhões de pessoas, situadas na faixa de renda mais baixa.

Em princípio semelhante se deve inspirar a articulação de cruzada para combate ao câncer, flagelo que traz a humanidade em permanente sobressalto, calculando-se que, entre nós, a ocorrência dessa moléstia seja de duzentos a trezentos mil casos novos por ano.

Sabe-se, no entanto, que elevada porcentagem dos casos de câncer é de fácil diagnóstico e prevenção, sendo, ainda, curáveis alguns dos seus tipos, quando diagnosticados precocemente e tratados de forma adequada. Acontece, porém, que, na sua maioria, os pacientes procuram os recursos médicos já em avançada fase da doença, o que onera e dificulta o tratamento, reduzindo o percentual de cura.

Cumprе promover, assim, por meio de campanha bem orientada, o diagnóstico precoce do câncer em sua fase pré-invasora, descobrir as lesões displásicas precursoras e efetuar com isso a sua ver-

dadeira prevenção. Nada valeria, entretanto, proceder ao diagnóstico sem que se facultassem condições para tratamento da moléstia.

Para atender a essas exigências, tão imperiosa uma como a outra, resolveu o Governo lançar, como faz neste momento, o Programa Nacional de Controle do Câncer, entre cujos objetivos está: modernizar a Divisão Nacional de Câncer, dando-lhe novas bases estruturais, técnicas e administrativas; reestruturar e reequipar o Instituto Nacional de Câncer, a fim de adequá-lo aos seus objetivos técnico-científicos; recompor progressivamente, sob a forma de sistema, a infra-estrutura médico-hospitalar, oficial e particular, em todo o território nacional, completando e renovando seus equipamentos e permitindo o desenvolvimento racional das atividades de controle do câncer; desenvolver os programas de capacitação de recursos humanos nas diversas categorias e níveis. O Programa se desenvolverá de forma integrada em todo o País, competindo à Divisão Nacional de Câncer as funções normativas de assistência financeira, enquanto se deixarão às instituições especializadas e universitárias, em trabalho comunitário, as atividades-fim ou de execução.

Duzentos e vinte milhões de cruzeiros serão empregados, na etapa compreendida entre 1973 e 1974, no custeio desse Programa, que visa a proporcionar à população, no concernente ao controle do câncer, assistência médica integral, oportuna, igualitária e suficiente, nos termos definidos pela Política Nacional de Saúde.

Graças ao acerto das medidas tomadas para estimular a produção, em todos os setores, conseguiram os Governos da Revolução imprimir invejável

ritmo ao crescimento da nossa economia. Tudo indica que os níveis obtidos nos últimos anos se conservarão estáveis por largo período, garantindo ao País a manutenção do seu atual surto de prosperidade.

A larga e trepidante transformação que se registra em nossa economia suscita, a cada passo, a necessidade de novos empreendimentos governamentais, notadamente no campo dos transportes, a fim de que se assegure ao crescente volume de bens — criados pela expansão da atividade produtiva — circulação rápida, segura e econômica.

O aumento da demanda de transportes, nos próximos anos, exige, assim, providências oportunas, para que, pela correção das deficiências que se prenciam, não se estabeleçam pontos de estrangulamento na economia do País.

Atento à dinâmica do desenvolvimento nacional, cuida o Governo de garantir, mediante infraestrutura adequada, a operação eficiente de várias modalidades de transporte, segundo métodos e processos racionais, incentivando, assim, a superação das insuficiências qualitativas e quantitativas e corrigindo os defeitos de exploração.

Programas de grande porte se desenvolveram, diante disso, quer no setor rodoviário, — onde hoje existem mais de trinta mil quilômetros de estradas federais pavimentadas; quer no setor da marinha mercante, — no qual se assinala a participação da marinha mercante em mais de quarenta e quatro por cento do frete total; quer no setor de portos e vias navegáveis, — a respeito do qual se verificam importantes projetos de construção, expansão ou transformação de portos e melhoria da navegabilidade de vias interiores.

No setor ferroviário, enfrentaram os Governos da Revolução graves deficiências estruturais, em virtude de inadequada organização administrativa, excesso de pessoal não qualificado, grandes extensões de ramais anti-econômicos, obsolescência do equipamento, más condições da via permanente, causando tudo isso elevado *deficit* operacional e inexpressiva participação no total do transporte de mercadorias e passageiros.

Resultados expressivos já se lograram, porém, até agora, no trabalho de saneamento do sistema ferroviário, especialmente em virtude dos esforços para racionalizar o processo administrativo e operacional das ferrovias.

Juntamente com as transformações por que passa a economia nacional, os importantes projetos em fase de implantação, já de origem governamental, já oriundos da iniciativa privada, hão de gerar novas cargas, para cujo transporte o setor ferroviário é o mais adequado.

Repercussão marcante na procura do transporte ferroviário terá, sobretudo, o considerável crescimento da indústria, particularmente da siderúrgica, ao qual se somarão o acréscimo da produção agrícola e a ampliação do volume das exportações. Em razão disso, estima-se que a tonelagem de mercadorias transportadas por meio ferroviário duplicará nos próximos cinco anos.

Induziram essas circunstâncias a promover-se a elaboração de plano ferroviário para acudir à necessidade, num futuro próximo, de transporte por estrada de ferro.

O plano assim concebido implica, por certo, conjunto de providências que competirão à próxima

administração. Imperioso se faz, no entanto, que a decisão quanto a algumas dessas medidas seja tomada imediatamente, pois, de outro modo, não poderá o Governo vencer as dificuldades que surgirão, no decorrer do ano vindouro, no que diz respeito ao escoamento das safras, ao cumprimento do programa de expansão da indústria siderúrgica e à complementação do programa dos Corredores de Exportação.

Inadiável se torna, por isso, dotar de recursos financeiros adicionais o programa ferroviário, a fim de se impulsionar, de acordo com as exigências do momento, o desdobramento de iniciativas referentes à expansão e melhoria do transporte viário. Esses recursos, no valor de novecentos e onze milhões de cruzeiros, destinar-se-ão ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro e à Rede Ferroviária Federal. Acrescida essa importância às que já se acham previstas na programação financeira para 1974, subirão, no próximo ano, a mais de quatro bilhões e duzentos milhões de cruzeiros os investimentos federais no setor ferroviário.

Ao aprovar a proposta formulada, a tal respeito, pelo Ministério dos Transportes e sufragada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, quero sublinhar o singular relevo atribuído pelo Governo à função, cada vez mais importante, reservada — no que concerne à circulação, tanto de bens materiais como de pessoas — ao transporte rápido sobre trilhos.

A diligência posta em prevenir obstáculos à circulação de bens e pessoas nas regiões de maior produtividade não induziu jamais a que se relegasse a plano secundário o imperativo de estimular o desenvolvimento de regiões onde são menos favoráveis

as circunstâncias para o trabalho criador. O gigantesco esforço despendido para integração, dentre outras, da região amazônica é, por si só, prova suficiente do caráter, por assim dizer, universalista da política seguida pelo Governo quanto ao tratamento dispensado, com objetividade e largueza, aos interesses gerais da Nação.

Paralelamente à decisão histórica, que levou à construção da rodovia Transamazônica, outras decisões, de suma relevância, se tomaram para aquilatar o potencial de riqueza do imenso território, cortado por esse caminho rodoviário, a fim de se lhe dar aproveitamento conveniente e racional. Entre os planos adotados para esse fim, numera-se, de modo particular, o consistente no Projeto Radam, pelo qual se procede ao levantamento radamétrico de vasta área da região amazônica. Por meio desse projeto, estão sendo colhidos, entre outros elementos, sobremodo importantes, preciosas informações sobre área de drenagem e fluviografia da região, às quais se acrescenta longa série de dados hidrométricos obtidos graças à continuidade na observação de vários rios, mediante novos postos de medição de descarga, mantidos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Em consequência desses trabalhos, órgãos governamentais, situados na área do Ministério das Minas e Energia, apuraram a existência, somente na bacia do Tocantins, do potencial hidrelétrico de aproximadamente sete milhões de quilowatts, além de meio milhão de quilowatts no trecho do alto Araguaia.

Concentrou-se a atenção, por outro lado, no conhecimento de dois grandes afluentes da margem direita do Amazonas, o Tapajós e o Xingu, cada um

deles com a área de drenagem de quinhentos mil quilômetros quadrados, rios cujos potenciais hidrelétricos — distantes mil e trezentos a dois mil quilômetros dos centros consumidores da região sudeste — podem ser utilizados por estes, em face da atual tecnologia de transmissão em tensões ultra-elevadas.

Segundo estimativas preliminares, realizadas pela ELETROBRÁS, o potencial desses dois rios se eleva a mais de trinta milhões de quilowatts. Isto significa que os três afluentes citados, isto é, o Tocantins, o Xingu e o Tapajós, com área de drenagem combinada de um milhão setecentos e cinquenta mil quilômetros quadrados, possui potencial conjunto de cerca de quarenta milhões de quilowatts, mais do dobro, por conseguinte, do representado pela bacia do Paraná até Itaipu.

Estudos, em escala intensiva, estão em andamento para avaliar a viabilidade econômica desses potenciais hidrelétricos, ao mesmo tempo que se acompanha o progresso verificado na tecnologia de transmissão à longa distância.

Quando se descartasse a possibilidade da utilização desse potencial hidrelétrico na Região Sudeste do País, seria sempre possível empregá-lo, tanto para atender, a menores distâncias, grandes cargas eletrometalúrgicas exigidas pelos empreendimentos projetados para a Amazônia, como para suprir a demanda de energia de outros mercados resultantes da descentralização do parque industrial brasileiro, estimulada, vigorosamente, pela própria existência, na região amazônica, desse novo e imenso cabedal de energia.

Dispensável se torna encarecer a importância que reveste o volumoso potencial de energia hidrelétrica, cuja existência ora se anuncia, quer pelo que

representa para o Brasil, no momento em que se agravam, no mundo, os problemas energéticos, quer pelo que significa, para o nosso país, como agente do estabelecimento de maior equilíbrio regional.

Como medida preliminar para o aproveitamento desse potencial hidrelétrico, determinei se elaborassem imediatamente projetos de engenharia para as usinas do rio Tocantins, a fim de que se possa decidir, com segurança, já no final de 1974, quanto à conveniência e oportunidade de sua construção.

Ajustam-se essas providências, todas objetivas e práticas, à filosofia social que anima o Governo, à sua permanente preocupação humana, ao seu contínuo empenho de fortalecer, em proveito da coletividade, a nossa estrutura econômica, ao seu objetivo inabalável de ocupar os nossos espaços vazios e de valorizar, sem distinção, todas as regiões do território brasileiro.

Discurso do Presidente MÉDICI perante o Ministério reunido, no Palácio do Planalto, a 6 de setembro de 1973.

ÍNDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS

A

AGRADECIMENTO — Na Festa do Trabalho, minha primeira palavra a todos os trabalhadores é uma palavra de agradecimento — 11.

AMAZÔNIA — Esforço para a integração da região amazônica — 74; ... potencial hidrelétrico e empreendimentos projetados para a Amazônia — 75.

AMÉRICO THOMAZ (Presidente de Portugal) — De quem o povo brasileiro guarda carinhosa e inesquecível lembrança — 20; ... brinde à felicidade pessoal do Presidente de Portugal e esposa — 30; ... agradecimento do Presidente Médico ao despedir-se de Portugal — 41.

AMPARO — Nosso pensamento é o de não deixar sem amparo do Estado nenhum de nossos irmãos em cidadania — 13; ... a eficiência com que vem sendo executado o programa de amparo ao homem do campo — 67.

APOSENTADORIA — Procuramos elevar os proventos de aposentados e pensionistas — 12; ... decidiu o Governo elevar o valor das pensões e dos proventos de aposentadoria — 49; ... fez-se possível elevar o

valor das pensões, equiparando-o ao da aposentadoria; dispositivo especial destinado a evitar a dispensa sistemática do trabalhador em virtude da obtenção da aposentadoria — 68.

ARAGUAIA — Existência de potencial hidrelétrico de meio milhão de quilowatts no trecho do Alto Araguaia — 74.

ARENA — Comissão Executiva Nacional da ARENA e a indicação do General Ernesto Geisel como candidato a Presidente da República — 60/61.

ASSISTÊNCIA — Ampliação da prestação de assistência médica — 12; ... Programa de Assistência ao Trabalhador Rural; o PRORURAL e a assistência médica e social a grupos humanos antes marginalizados e esquecidos — 67.

B

BRASIL — A tarefa de inaugurar um Brasil renovado, unido e forte — 13.

C

CAMÕES — Citação de Camões na despedida do Presidente Médico de Portugal — 41.

CAMPO — O Estatuto do Trabalhador Rural abre caminho para a progressiva eliminação das disparidades entre o campo e a cidade — 48; ... eficiência com que vem sendo executado o programa de amparo ao homem do campo — 67; ... medidas que poderão contribuir para superar o desequilíbrio entre a cidade e o campo — 68.

CÂNCER — Cumpre promovermos, por meio de campanha bem orientada, o diagnóstico precoce do câncer — 69; ... lançamento do Programa Nacional de Controle do Câncer — 70.

CARESTIA — Importância de se reduzir a carestia, tal como requer o interesse de cada brasileiro — 53.

CIDADE — A lei que estabelece as regiões metropolitanas de oito capitais oferece meios racionais e eficazes para que se evitem ou corrijam, quanto possível, graves inconvenientes ocasionados à vida urbana pelo crescimento desordenado e tumultuário de nossas grandes cidades — 47; ... o Estatuto do Trabalhador Rural abre caminho para a progressiva eliminação das disparidades entre o campo e a cidade — 48; ... medidas para que se elimine das cidades o triste espetáculo da indigência e para que se venha a superar o desequilíbrio entre a cidade e o campo — 68.

COMUNIDADE — Esperança de maior fortalecimento da Comunidade Luso-Brasileira — 20; ... estreitamento cada vez maior da Comunidade Luso-Brasileira — 30.

CONGRESSO — O estilo da ação governamental tem encontrado

a alta compreensão e o devotado apoio do Congresso Nacional — 53.

COOPERAÇÃO — A herança comum (Brasil e Portugal) nós impõe destino de cooperação e solidariedade — 26.

CORAGEM — Continuamos, hoje, a moldar um homem todo feito de inventiva coragem e disciplina criadora — 28.

CRÉDITO — Ampliou-se o crédito a pequenos e médios proprietários rurais — 51.

D

DESENVOLVIMENTO — O empenho constante do Governo para que, de par com o nosso desenvolvimento econômico, tudo se faça também pelo desenvolvimento social — 11.

DESIGUALDADE — Procuramos proporcionar iguais oportunidades a todos, abolir as desigualdades injustas — 12.

DISTRIBUIÇÃO — Procurou-se conciliar a eficácia produtiva com o imperativo de promover melhor distribuição da renda — 50; ... estilo e ação governamental em que se não esquece o imperativo de distribuir com maior justiça os fundos do crescimento econômico — 53.

E

ECONOMIA — O empenho constante do Governo para que, de par com o desenvolvimento econômico, tudo se faça também pelo desenvolvimento social, pela valorização do homem, pela humanização da economia — 11; ... procuramos combater o abuso do poder econômico — 12; ... o eco-

nômico, quanto ao Governo, se apresenta simplesmente como processo ou meio para a realização de sociedade mais justa — 49; ... medidas para retificar as deformações causadas pelo crescimento da economia e pelo mal inflacionário — 50; ... graças ao acerto das medidas tomadas para estimular a produção, em todos os setores, conseguiram os Governos da Revolução imprimir invejável ritmo ao crescimento da nossa economia — 70/71.

EMPREGADO — Paz e harmonia entre empregados e empregadores — 48.

ESPÍRITO — Permanecemos fiéis ao espírito lusiada — 28.

ESTABILIDADE — A esperança, a paz e a ordem são os sinais visíveis da estabilidade social — 11.

ESTATUTO — O Estatuto do Trabalhador Rural constituiu um passo à frente na integração social do homem do campo — 48.

ÊXODO — Medidas que poderão contribuir para que diminua o êxodo rural — 68.

EXPORTAÇÃO — A expansão de nossas exportações — 51; ... a exportação deve abranger apenas o excesso da produção necessária ao consumo interno — 52.

F

FERROVIA — Deficiências estruturais no setor ferroviário; estima-se que a tonelagem de mercadorias transportadas por meio ferroviário duplicará nos próximos cinco anos; elaboração de plano ferroviário — 72; ... subirão, no próximo ano, a mais de quatro bilhões e du-

zentos milhões de cruzeiros os investimentos federais no setor ferroviário; o singular relevo atribuído pelo Governo ao transporte rápido sobre trilhos — 73.

FRATERNIDADE — O espírito de fraternidade que deve unir entre si os homens e os povos — 28.

FUNRURAL — Os recursos financeiros obtidos pelo FUNRURAL e a elevação do valor das pensões — 67/68.

G

GEISEL — General Ernesto Geisel, nome sob todos os títulos ilustre, nome conhecido de toda a Nação e por toda a Nação havido no mais alto e justo conceito — 60.

GOVERNO — A preocupação suprema do Governo consiste em valorizar o homem — 67; ... o Governo, sua filosofia social e sua permanente preocupação humana — 76.

H

HABITAÇÃO — Melhoras no plano habitacional — 52.

HIDRELÉTRICA — Existência de grande potencial hidrelétrico em afluentes do Amazonas e sua importância — 74/75.

HISTÓRIA — É natural que portugueses e brasileiros, encontrando-se, falem de história, porquanto se acham, pela história, indissolivelmente unidos — 26; ... a meditação histórica não se faz por amor da nostalgia — 27; ... olhando para o amanhã deste país gerador de história (Portugal), tudo me diz que se estenderá no futuro, tal como no presen-

te, o que é mais expressivo no seu passado — 29.

HOMEM — Continuamos, hoje, a moldar um homem todo feito de inventiva coragem e disciplina criadora — 28; ... que tudo se faça também pelo desenvolvimento social, pela valorização do homem, pela humanização da economia; a preocupação suprema do Governo consiste em valorizar o homem — 67; ... o Governo, sua filosofia social e sua permanente preocupação humana — 76.

HUMANISMO — Ação governamental de caráter marcadamente humanista — 53.

I

IDEAL — O ideal da Revolução e do Governo é um ideal de justiça — 12.

IMOBILISMO — Portugueses e brasileiros temos sabido repelir as tentações do immobilismo para aceitar os desafios da invenção e da mudança — 27.

IMPOSTO — Hoje, praticamente o imposto sobre produtos industrializados já não incide sobre alimentos, remédios e produtos de higiene; suavizou-se, ainda, marcadamente, o imposto de renda — 50; ... aumentou-se consideravelmente a progressividade do imposto de renda — 52.

ÍNDICES — Os índices, que falam do surto da indústria, do comércio e da agricultura, não traduzem apenas a eficiência dos homens de empresa — 11.

INFLAÇÃO — Ajustar o salário ao nível da inflação — 12; ... medidas para retificar as deformações causadas pelo mal inflacionário — 50; ... a polí-

tica anti-inflacionária posta em prática tem permitido se reduzir gradativamente a inflação, o mais injusto de todos os gravames — 52; ... a despeito das dificuldades ocasionadas pelo surto, em escala mundial, do flagelo inflacionário, os resultados até aqui obtidos no combate à inflação mostram que se pode perfeitamente alcançar, nessa luta, o objetivo estabelecido no início deste ano — 53.

INTEGRAÇÃO — O gigantesco esforço despendido para integração da região amazônica — 74; ... objetivo inabalável de ocupar os nossos espaços vazios e de valorização, sem distinção, de todas as regiões do território brasileiro — 76.

I

JUSTIÇA — O ideal da Revolução e do Governo é um ideal de justiça; distribuir justiça, fazendo com que, sem luta de classes, sem violência e sem desordem, se consiga o equilíbrio social; nossos propósitos de justiça social estão patentes aos olhos de todos — 12; ... as normas de justiça social, que não se concretizam apenas na distribuição mais equânime da riqueza coletiva — 68.

M

MARCELLO CAETANO (Presidente do Conselho de Ministros de Portugal) — De quem guarda o povo brasileiro carinhosa e inesquecível lembrança — 20; ... brinde à felicidade pessoal do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal — 30; ... agradecimento do Presidente Médici ao despedir-se de Portugal — 41.

MARINHA — A participação da marinha mercante em mais de 44% do frete total — 71.

MEDICAMENTOS — A Central de Medicamentos põe hoje o remédio ao alcance de todos, por preços acessíveis, ou até mesmo gratuitamente — 69.

O

OPORTUNIDADE — Procuramos proporcionar iguais oportunidades a todos — 12.

P

PALÁCIO — O Palácio de Queluz, onde nasceu e morreu aquele que colocou o Brasil entre as nações independentes — 41.

PEDRO — A repartição material dos restos mortais do nosso primeiro imperador, o vosso D. Pedro IV e o nosso D. Pedro I, com o coração nesta terra (Porto) e com seus despojos no monumento do Ipiranga — 35.

PIS — O Programa de Integração Social, cujos primeiros resultados garantem aos trabalhadores urbanos a poupança, que nunca puderam ter — 12.

PORTO — Não poderia vir a Portugal sem conhecer o Porto, já que o Porto está intimamente ligado ao Brasil — 35.

PORTUGAL — Chego a Portugal para um reencontro; chego a Portugal para ver de perto a realidade de uma nação que está tão próxima de nós; sente-se o brasileiro cercado de carinho em Portugal — 19; ... acostumamo-nos a ver Portugal, não como a fronteira ocidental do mundo europeu, mas como o começo do nosso mundo, do mundo brasileiro e americano; não vem um brasi-

leiro a Portugal sem que o seu coração seja tocado pela história — 29.

POUPANÇA — O PIS, cujos primeiros resultados garantem aos trabalhadores urbanos a poupança, que nunca puderam ter — 12; ... o aproveitamento da poupança externa possibilitou ao País os meios de que necessitava para desenvolver-se amplamente com a menor compressão possível do consumo interno — 51.

PREÇOS — Ampla, eficiente e justa política de preços mínimos — 50.

PREVIDÊNCIA — As vantagens da Previdência estendidas a grupos sociais, antes esquecidos e marginalizados — 12/13; ... as normas introduzidas na Lei Orgânica da Previdência Social — 48; ... são em número de mais de dois milhões os brasileiros que vão ser, de imediato, beneficiados pela nova lei da Previdência — 49.

PRIMEIRO DE MAIO — Pela quarta vez, desde que assumi a Presidência da República, vejo transcorrer o Primeiro de Maio em clima de ordem, de paz e de esperança — 11.

PRODUÇÃO — Conscientes de que não é possível distribuir o que não foi produzido, os Governos da Revolução se empenharam sempre em aumentar a produção e estabelecer maior justiça na partilha do produzido — 50; ... a Comissão de Financiamento da Produção adquire, por intermédio do Banco do Brasil, qualquer excedente agrícola, providência que oferece aos pequenos produtores garantia efetiva de renda — 50/51; ... medidas tomadas para estimular a produção — 70.

PROJETO RADAM — Pelo qual se procede o levantamento radamétrico de vasta área da região amazônica — 74.

PROMESSA — Não prometemos senão aquilo que poderíamos realizar, e tudo quanto prometemos está sendo realizado — 12.

PRORURAL — O PRORURAL já assegurou aposentadoria e pensão a mais de 800 mil trabalhadores do campo — 12; ... programa cuja rentabilidade está à vista de todos — 48; ... vem concorrendo para a progressiva incorporação do homem do campo à sociedade de consumo — 67.

PROSPERIDADE — Tudo indica que os níveis obtidos nos últimos anos se conservarão estáveis por largo período, garantindo ao País a manutenção do seu atual surto de prosperidade — 71.

R

REGIÕES METROPOLITANAS — A nova lei oferece meios racionais e eficazes para que se evitem ou corrijam, quanto possível, graves inconvenientes ocasionados à vida urbana pelo crescimento desordenado e tumultuário de nossas grandes cidades — 47.

RENDA — Imperativo de promover melhor distribuição de renda — 50; ... todos os programas governamentais foram e continuarão a ser redistribuidores de renda — 51.

RESPONSABILIDADE — Que todos, empresários, trabalhadores e Governo, nos sintamos responsáveis e solidários numa obra comum — 12.

REVOLUÇÃO — A esperança, a paz e a ordem são os sinais

visíveis da estabilidade social e política, implantada no País pela Revolução de Março — 11; ... o ideal da Revolução e do Governo é um ideal de justiça — 12; ... os Governos da Revolução se empenham sempre em aumentar a produção e estabelecer maior justiça na partilha do produzido — 50; ... o candidato a Presidente da República e a filosofia econômica, social e política a que se filia a ordem revolucionária — 60; ... confiança na capacidade do candidato para prosseguir a obra até aqui realizada pelos Governos da Revolução — 61; ... os Governos da Revolução e o crescimento da nossa economia — 71.

RODOVIAS — Hoje existem mais de trinta mil quilômetros de estradas federais pavimentadas — 71.

S

SALÁRIO — Ajustar o salário ao nível da inflação — 12; ... o salário real médio cresceu, na atual administração, entre três e quatro por cento ao ano — 52.

T

TAPAJÓS — Potencial hidrelétrico do rio Tapajós — 74/75.

TOCANTINS — Potencial hidrelétrico do rio Tocantins — 74/76.

TRABALHADOR — Na Festa do Trabalho, minha primeira palavra a todos os trabalhadores é uma palavra de agradecimento — 11; ... as intenções e decisões do Governo encontraram no coração dos trabalhadores a compreensão e o entusiasmo — 13; ... o Estatuto do Trabalhador Rural constitui

mais um passo à frente na integração social do homem do campo — 48; ... Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — 67; ... dispositivo legal destinado a evitar a dispensa sistemática do trabalhador em virtude da obtenção da aposentadoria — 68.

TRANSPORTE — O aumento da demanda de transportes, nos próximos anos, exige providências oportunas; cuida o Governo de garantir, mediante infra-estrutura adequada, opera-

ção eficiente de várias modalidades de transporte — 71.

U

UNIDADE — Tão íntima é a nossa unidade essencial (Brasil e Portugal), que buscam, naturalmente, a convergência certos modos particulares que tem nossa gente de ver o mundo e o momento presente — 26.

X

XINGU — Potencial hidrelétrico do rio Xingu — 74/75.

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

SUMÁRIO

	Págs.
Os anônimos construtores	7
Reencontro	15
A inventiva coragem	21
Conhecer o Porto	31
Dias memoráveis	37
Sociedade mais justa	43
Continuidade revolucionária	55
Permanente preocupação	63

10
11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

*Este livro foi composto e impresso no
Departamento de Imprensa Nacional, em novembro de 1973,
para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República.*